

Estudo Técnico Preliminar 217/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.001712/2024-56

2. Descrição da necessidade

AR CONDICIONADO CENTRAL, SERVIÇOS CONTINUADOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

Descrição da Necessidade

2.1 A presente contratação se faz necessária com vistas à garantia da funcionalidade e segurança das edificações e de mobiliários, para os fins a que se destinam, executando todos os serviços e manutenções preventivas, preditivas e corretivas em sistemas de ar-condicionado central do Complexo da Presidência da República.

2.2 A Presidência da República (PR) necessita manter em bom estado de conservação e funcionamento as instalações de suas edificações e de seus imóveis funcionais e residências oficiais que ocupa, garantindo adequado ambiente para seus ocupantes, em especial, e para que seu corpo técnico desempenhe, satisfatoriamente, suas atribuições, até porque é obrigação de todo servidor público zelar pelo patrimônio da União, conforme disposto na Lei 8.112/90.

2.3 Ademais, o envelhecimento natural de estruturas das edificações da Presidência da República, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, localizadas no Distrito Federal, e a necessidade de mantê-los fiéis a tais concepções arquitetônicas originais de diversas edificações, por serem essas diversas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), faz com que tenhamos, além do aumento de demandas por serviços de engenharia de manutenção (consertos, instalações, montagens, operações, conservações, reparações, adaptações, manutenimentos, ou ainda, até mesmo por demolições, quando possível, na medida do praticável), há a necessidade premente por observância dos critérios de preservação para manter as características originais de estruturas das edificações tombadas.

2.4 Registre-se que nos últimos anos, essa demanda por serviços de manutenção tem aumentado e já se projeta inúmeras ordens de serviços para os próximos exercícios, algo em torno de 13.000 (treze mil) pedidos de diversas naturezas, onde inclusive alguns dos serviços já não se mostram possíveis de serem atendidos por essas manutenções.

2.4.1. De tal modo, há que registrar-se também que tem-se envidado esforços para desenvolvimentos, manutenções, sustentação dos sistemas da instituição e que, nesse diapasão, tem-se lançado mão de contratação da prestação de serviços de empresas terceirizadas, pois não se trata de serviços públicos inerentes às políticas públicas e não estão esses serviços abrangidos pelas categorias funcionais de plano de cargos do órgão. Além disso, essa terceirização de serviços não coloca em risco o controle de processos e de conhecimentos para tomada de decisão ou posicionamento institucional do Governo, nas áreas de planejamento estratégico, coordenação, supervisão e controle de políticas públicas.

2.5 Por fim, a instauração de novo procedimento licitatório se faz necessária para a substituição dos seguintes contratos:

Contratos nº 18/2021, processo SEI 00059.000332/2020-71,

Contrato nº 06/2022, processo SEI 00059.000583/2021-36 e

Contrato nº 23/2020 processo SEI 00059.000381/2018-99

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|------------------------------|
| Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP/SA/SE/CC/PR | Danielle de Sá Quirino Costa |
| Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE | |

/DIENP/SA/SE/CC/PR

Cristiano Elias Cardoso

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Diretrizes e Orientações Gerais

4.1 Trata-se de serviço comum, a ser executado concomitantemente com as atividades da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia da PR, e, portanto, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 É necessária a apresentação da Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, comprovando o exercício da atividade relacionada à manutenção em sistemas de ar-condicionado, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação (objeto);

4.4 É necessário o devido Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que o Responsável Técnico - Engenheiro, tenha prestado, a contento, serviços de manutenção em sistemas de ar-condicionado em edificações não residenciais;

4.5 São necessários os devidos atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de operação e manutenção de serviços de manutenção de sistema VRF, com potência de 320 TR; Manutenção de sistema de ar-condicionado dotado de unidades resfriadoras com compressores alternativos tipo "Chiller" parafuso, com potência de 100 TR; Manutenção em sistemas Self Contained.

Requisitos Legais

4.6 Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Presidência da República.

4.7 O processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes, dentre outras aplicáveis à espécie:

a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);

b) Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

c) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.; e

d) Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.8 Além das legislações anteriormente em destaque, como requisito legais da contratação, esta deverá, em especial, observar:

a) Normas e especificações constantes dos respectivos Termos de Referência - TR e Projetos Básicos;

b) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

c) Regulamentos das empresas concessionárias;

d) Normas da ABNT;

e) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

f) Prescrições e recomendações de fabricantes; e

g) Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção.

Requisitos Temporais

4.11 Os serviços comuns de engenharia e de operações e manutenções de sistemas e subsistemas de ar-condicionado central das edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal, devem ser prestados, a priori, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a contar do recebimento da abertura de Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, salvo prazo divergente estabelecido no Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Qualificação Técnica Profissional e Operacionalização da Mão de Obra

4.14 Todos os profissionais devem atender aos requisitos exigidos em sua respectiva Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e às respectivas Convenções (ou Acordos) Coletivas da Categoria, com comprovada experiência por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica do contrato.

4.15 Além dos requisitos mínimos exigidos, os profissionais deverão ter experiência profissional para atender ao objeto contratado, durante todo o seu período de execução, conforme peculiaridades da Presidência da República, sendo a contratada responsável pela reciclagem desses, quando for o caso.

4.15.1. Será exigida a apresentação da comprovação da qualificação técnica profissional e operacional na documentação de Habilitação da licitação.

4.15.2. Engenheiro

4.15.2.1 Elaborar projetos e recolher a respectiva ART, eventualmente necessários à execução dos serviços previstos.

a) Caso os custos não estejam previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, o pagamento da ART recolhida deverá ser feito por meio da rubrica "Serviços Eventuais" e seu valor deverá ser incorporado à Ordem de Serviço relativa.

4.15.2.2 Coordenar, juntamente com os encarregados, o acompanhamento, instrução, fiscalização e supervisão técnica de todas as frentes de trabalho exigindo dos empregados qualidade, empenho, esmero e solicitude nas suas execuções, bem como cuidar para que os locais sejam devidamente isolados e sinalizados com o objetivo de se evitar acidentes e prejuízos às instalações e/ou pessoas.

4.15.2.3 Dar suporte em processos de modernização de sistemas, adaptações em equipamentos e aparelhos, planejamentos de atividades, desenvolvimento de projetos e qualquer outro assunto relacionado aos serviços de manutenção, sempre respeitando os limites contratuais.

4.15.2.4 Acompanhar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante.

4.15.2.5 Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada.

4.15.2.6 Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados.

4.15.2.7 Providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados.

4.15.2.8 Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações da fiscalização técnica do contrato.

4.15.2.9 Reportar-se à fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços.

4.15.2.10 Relatar à fiscalização técnica do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada.

4.15.2.11 Encaminhar à fiscalização técnica do contrato todos os relatórios dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas.

4.15.2.12 Coordenar e planejar as atividades exercidas pelos empregados, bem como as previsões de compra de materiais de consumo (insumos).

4.15.2.13 Elaborar os projetos que envolvam instalações e equipamentos inerentes ao objeto.

4.15.3 Requisitos básicos para os profissionais da manutenção eletromecânica (ar-condicionado):

1. Engenheiro Mecânico: curso superior em engenharia mecânica com habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho das atividades do objeto contratado, apresentando registro regular junto ao CREA; expertise em sistemas de ar condicionado tipo split (Contrato de Elétrica/Eletromecânica), VRF, Chiller e Self Contained (Contrato de Sistemas Centrais de Refrigeração); capacidade de dimensionamento de sistemas de combate a incêndio; comprovação por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, com experiência mínima de 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional.
2. Engenheiro Mecatrônico/Controle e Automação: curso superior em Engenharia de Controle e Automação com habilitação reconhecida pelo CREA ou curso superior em Engenharia desde que habilitados a desempenhar as atividades 1 a 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973 do CONFEA, no que se refere ao controle e automação de equipamentos, processos, unidades e sistemas de produção, seus serviços afins e correlatos, para o desempenho das atividades do objeto contratado, apresentando registro regular junto ao CREA, expertise em gerenciamento de equipes, elaboração, ampliação e manutenção em sistemas de automação predial, centrais de incêndio e centrais de alarme, todas comprovadas por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, com experiência mínima de 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional.
3. Encarregado Técnico: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, curso de NR-10 - Básico e NR 10 - Sistema Elétrico de Potência dentro da validade, expertise de serviços dentro da respectiva área de atuação, a saber Sistemas Elétricos, ar-condicionado tipo SPLIT (Contrato de Elétrica/Eletromecânica), tipo VRF, Chiller e Self Contained (Contrato de Grandes Sistemas), Mecânica Geral e Dutos, no cargo de encarregado ou supervisor em manutenção, e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela Fiscalização Técnica.
4. Técnico em eletroeletrônica: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, expertise de serviços no cargo de técnico dentro da respectiva área de atuação, em eletroeletrônica e/ou técnico em nobreak, e experiência profissional mínima de (06) seis meses comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
5. Técnico em mecatrônica: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, expertise de serviços no cargo de técnico dentro da respectiva área de atuação, em eletrônica ou mecatrônica (CFT, LADER, microcontroladores, Supervisório SCADA e afins), e experiência profissional mínima de (06) seis meses comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
6. Técnico de comando, controle e automação: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, curso de NR-10 - Básico e NR 10 - Sistema Elétrico de Potência dentro da validade, expertise de serviços no cargo de técnico dentro da respectiva área de atuação, em comando, controle e automação, e experiência profissional mínima de (06) seis meses comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
7. Técnico em Refrigeração e Ar-Condicionado: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, curso de NR35 (trabalho em altura), expertise de serviços no cargo de instalação e manutenção de ar-condicionado e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
8. Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, curso de NR-10 - Básico e NR 10 - Sistema Elétrico de Potência, NR33 (trabalho em locais confinados), NR35 (trabalho em altura), expertise de serviços no cargo de técnico em instalações elétricas e/ou equipamentos de ar-condicionado e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
9. Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica plantonista diurno/noturno: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, curso de NR-10 - Básico e NR 10 - Sistema Elétrico de Potência, NR33 (trabalho em locais confinados), NR35 (trabalho em altura), expertise de serviços no cargo de técnico em instalações elétricas e/ou equipamentos de ar-condicionado e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
10. Técnico em Mecânica de Manutenção de Máquinas: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto ao CFT, expertise de serviços no cargo de técnico de manutenção mecânica e instalação de máquinas e equipamentos em aplicações industriais, e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.
11. Operador de central de automação: curso técnico profissionalizante e conhecimento básico de informática, com experiência profissional mínima de (06) seis meses comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.

12. Técnico especialista em dutos: curso técnico na área de atuação e registro de regularidade junto CFT, curso de NR-10 – Básico, NR33 (trabalho em locais confinados) e NR35 (trabalho em altura), expertise de serviços no cargo de técnico em instalações de dutos de ar condicionado e ventilação e experiência profissional mínima de (06) seis meses, comprovada por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.

4.15.12 A Contratada pagará adicional de periculosidade a seus empregados, conforme o Enunciado 361/98 do TST e Laudo de Avaliação Ambiental 02/13-DIGEP, bem como Laudo 01/2018 (2290804) e Despacho COSAU-ADM/COSAU/DIGEP/SA, quando se tratar de atividades executadas em instalações integrantes dos sistemas elétricos de potência das edificações da Presidência da República.

4.15.5 Outros Profissionais

4.15.5.1 Auxiliar de manutenção (Meio-Oficial): ensino fundamental completo, curso de NR-10 dentro da validade.

4.15.5.2 Auxiliar administrativo: ensino médio completo e curso de informática, expertise de serviços no cargo de auxiliar administrativo, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.

4.15.5.3 Motorista: ensino médio completo, carteira de habilitação categoria condizente com o veículo, expertise de serviços no cargo de motorista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.16 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto contratual, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento e Gestão, e da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 2017, e demais legislação aplicável, quando relacionadas à natureza da prestação do serviço e, em especial:

- a) possuir processo que implemente a sistemática de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) adotar melhores práticas relacionadas ao uso eficiente de energia elétrica; e
- c) priorizar, no que couber, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.17 A Contratada deverá, ainda, no que couber:

- a) elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos, planejamentos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- b) adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição;
- c) promover a racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- d) cuidar da substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- e) zelar pela racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- f) elaborar e executar programas de treinamentos/capacitações periódicos aos empregados sobre boas e melhores práticas para redução de desperdícios/poluição;
- g) promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; e
- h) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

4.18 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

4.19 Deverá ser ofertado equipamentos e aparelhos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170/2012 do INMETRO.

4.20 A Contratada deverá instruir os seus colaboradores quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

Requisitos da Manutenção

4.21 Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

Demais Requisitos Necessários e Suficientes à Contratação

4.22 Atualmente, a Diretoria de Engenharia e Patrimônio compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar a execução das atividades relacionadas, dentre outras, com a manutenção predial, os reparos, a elaboração de projetos, as modificações e os serviços de engenharia em edifícios e imóveis funcionais, incluídas a manutenção de usinas geradoras de energia elétrica e de vapor e a urbanização de áreas verdes, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE que responde pelas rotinas de fiscalização, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos contratos administrativos, estreitamente relacionados e interdependentes entre si. (inciso I do art. 19 do Decreto n.º 11.329, de 1º de janeiro de 2023)

4.23 A Contratada para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO EM ENGENHARIA não poderá realizar serviços de fiscalização em obras/serviços ou prestar serviços de fiscalização à manutenção na área de Engenharia da Presidência da República no período de vigência contratual.

4.23.1 A Licitante para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO EM ENGENHARIA não poderá estar atuando na fiscalização de obras/serviços ou prestando serviços de fiscalização à manutenção na área de Engenharia da Presidência da República na fase de habilitação do Pregão.

4.24 Deverá ser absorvida a mão de obra já existente na Presidência da República dos contratos vigentes relacionados ao objeto contratual, devendo ser justificada a eventual inobservância dessa exigência.

4.25 Deverão ser observados e implementados/melhorados, caso necessário, os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e suas instalações em conformidade com as normas vigentes para cada tipo de equipamentos, aparelhos e instalações.

4.26 Nas contratações, deverão ser promovidas as devidas e respectivas transições contratuais, com as transferências das informações (físicas e digitais editáveis), tecnologias e técnicas empregadas, de forma a não ocorrerem prejuízos à continuidade dos serviços de manutenções e demais serviços conexos e ou correlatos.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Suporte da Solução

4.27 O fornecimento do serviço de garantia relativo à execução do objeto da Contratação será prestado diretamente pela Contratada.

4.28 A garantia com manutenção e suporte técnico dos serviços prestados pela Contratada deve cobrir os serviços de manutenções preditiva, preventiva e corretiva, fornecendo sem custo adicional todos os ajustes às falhas que porventura venham a ser encontradas pela Contratante.

4.29 As manutenções serão baseadas nas necessidades específicas da execução do objeto da contratação que compõe a solução e no levantamento situacional, e deverão ser informadas antecipadamente pela Contratada, respeitando as janelas de manutenção e aprovadas pela Presidência da República.

4.30 À execução do objeto da contratação, deverão ser realizados pela Contratada com o apoio do fornecedor/fabricante de material, quando couber, com base nas metas e nos indicadores de desempenho elencados no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

Requisitos de adequação de ambiente da Presidência da República para viabilizar a execução contratual

4.31 Será necessário disponibilizar espaço para acomodação da Contratada nas dependências da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE, da Diretoria de Engenharia e Patrimônio.

4.32 Entretanto, considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho.

Requisitos de Formação da Equipe

4.33 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos nos respectivos termos de Referência e ou Projetos Básicos, com devidas qualificações técnicas comprovadas.

Requisitos de Experiência Profissional

4.34 Os serviços de engenharia e de operações e manutenções de sistemas e subsistemas de ar-condicionado nas edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal, observando-se o atendimento com segurança, qualidade e tempestividade de demandas existentes, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a execução do objeto contratual.

Qualificação técnica-operacional específica

4.35 Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação do objeto licitado.

4.36 Deverá ser comprovada a especialização de capacidade técnica por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que o Responsável Técnico - Engenheiro, tenha prestado, a contento, serviços de manutenção compatíveis com o objeto da presente licitação, sendo que façam explícita referência às seguintes parcelas relevantes:

a) Operação e manutenção de sistema tipo Variable Refrigerante Flow -VRF, com potência de até 320 TR; Manutenção de sistema de ar-condicionado dotado de unidades resfriadoras com compressores alternativos tipo "Chiller" parafuso, com potência em torno de 100 TR; Manutenção em sistemas Self Contained;

a) Principais imóveis abrangidos pelos serviços:

Tabela 1: bens imóveis

| Edificações Administrativas | Área (m²) | Terreno (m²) |
|---|-------------------|---------------------|
| Palácio do Planalto | 44.388,50 | 38.055,00 |
| Garagens, guarda, segurança presidencial, engenharia e almoxarifado central | 33.950,50 | 109.773,00 |
| Anexos do Palácio do Planalto e heliponto | 22.599,00 | 88.335,00 |
| Pavilhão das Metas (Esplanada) | 5.525,50 | 6.989,00 |
| | | |
| Residências Oficiais | Área (m²) | Terreno (m²) |
| Palácio da Alvorada | 11.407,00 | 352.325,00 |
| Granja do Torto | 7.914,00 | 397.425,00 |
| Palácio do Jaburu | 5.060,00 | 227.385,00 |
| | | |
| Residências funcionais | Área (m²) | Terreno (m²) |
| Apartamentos funcionais | 22.000,00 | - |
| | | |
| Total de áreas | 152.844,50 | 1.220.287,00 |

b) Registramos que as áreas foram estimadas para efeito de dimensionamento de equipes e materiais, não se resumindo às especificadas acima.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.37 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.38 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual o deverá ser prestado.

4.39 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e por via telefônica.

4.40 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.41 A operacionalização de Ordens de Serviços e demais aspectos conexos e correlatos estão descritos de forma detalhada adiante.

Requisitos de Segurança da Informação

4.42 Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação da Presidência da República.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.43 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da PR.

4.44 Para viabilizar a prestação dos serviços, a Contratada por vezes precisará ter acesso a locais privativos da Presidência da República, sendo, portanto, imprescindível a assinatura de Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo, anexo deste instrumento.

4.45 Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a esses dados e informações.

4.46 Manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Presidência da República, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

Requisitos de Capacitação

4.47 Os servidores da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE já possuem capacitação suficiente para a condução desses serviços, que poderá ser comprovada pelos diversos contratos vigentes e similares sob sua responsabilidade.

Vistoria

4.48 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

4.49 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.50 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.51 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.52 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da Contratação

4.53 Deverá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, na ordem de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, na conformidade do art.98 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.53.1 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.º 14.133, de 2021

4.53.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.54 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.55 Na execução de respectivo objeto contratado, inerente aos serviços comuns de engenharia, poderão ser adotados um dos regimes de execução elencados nos incisos do art.46 da Lei n.º 14.133, de 2021, considerando-se os potenciais de economia de escala (art. 18, VII), sendo o pregão, modalidade licitatória obrigatória para este tipo de aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (art. 6º, XLI), critério esse especificado no respectivo edital do certame.

4.56 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada e a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, sob pena de ter a licitante sua proposta desclassificada.

4.57 Deverão ser consideradas desclassificadas as propostas que (art.59, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas em edital do respectivo certame;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do respectivo edital, desde que insanável.

4.58 Entretanto, não caberá desclassificação as propostas das licitantes participantes do certame, por si só, em razão de custos unitários que sejam superiores aos orçados pela Administração, conforme entendimento da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

4.59 Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (§ 5º do art. 56 da Lei n.º 14.133, de 2021)

4.60 Demais critérios de apresentação de propostas e lances, bem como do julgamento das propostas, da habilitação das licitantes e demais parâmetros conexos e correlatos serão estabelecidos no respectivo edital do certame, observando-se os ditames estabelecidos na Lei n.º 14.133, de 2021, aplicáveis à espécie.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

4.61 A Contratada deverá providenciar a entrega de documentação técnica de transição contratual à PR, contendo descrição técnica atualizada e detalhada de configurações, serviços e sistemas institucionais realizados, como subsídio para viabilizar, facilitar, agilizar contratações futuras.

4.61.1 Essa documentação, denominada de plano de transição final, deverá ser integralmente apresentado pela equipe da contratada, por meio de métodos expositivos, realização prática de atividades, apresentação de resumos, esquemas, relatórios ou qualquer outro tipo de documentação que viabilize ou facilite a absorção da prestação dos serviços pela equipe da Contratante e ou pela nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

4.61.2 Essa entrega deverá ocorrer ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, ficando a Contratada obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando esse plano de transição final, com transferência de conhecimento e com indicação das boas e melhores práticas adquiridas, repiso, por meio de tecnologias e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado (e ou quando necessário), aos servidores da PR ou aos da nova pessoa jurídica contratada que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

Subcontratação

4.62. É admitida a subcontratação parcial do objeto, na seguinte condição:

4.62.1. Apenas a contratação dos serviços elencados como serviços eventuais, limitado a 10% do objeto.

Requisitos para o Atendimento da Necessidade à Solução Pretendida

4.63 A Contratada deverá:

- a) ser registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- b) indicar Responsável Técnico, legalmente habilitado e com as qualificações técnicas mínimas exigidas, conforme Classificação Brasileira de Ocupação – CBO e sua respectiva Convenção (ou Acordos) Coletivas da Categoria, na especialidade Engenheiro;
- c) ter registros dos responsáveis técnicos e da ART realizados no CREA onde os serviços serão prestados;
- d) emitir ART de serviço pertinente aos serviços prestados nas manutenções das edificações em uso pela PR e dos seus respectivos sistemas e subsistemas:
 - d.1) caracteriza-se por prestação de serviços nas manutenções das edificações, a realização das manutenções programada com antecedência (ou não), considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas e subsistemas, aparelhos, equipamentos, elementos ou componentes das instalações de ar-condicionado central e de automação;
- f) emitir também ART de projeto, quando houver, pertinente aos projetos eventualmente elaborados, necessários à execução do contrato;
- g) iniciar e concluir os serviços cumprindo as datas definidas e estabelecidas na previsão de atendimento constante em Ordem de Serviço (OS);
- h) fazer constar, em cada Ordem de Serviço atendida, a apropriação de custos, os materiais, peças e componentes aplicados no atendimento e seus respectivos quantitativos e valores, as datas e horas de início e término, bem como os quantitativos de horas trabalhadas pelos empregados envolvidos no serviço.
 - h.1) as Ordens de Serviço só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Cliente, quando for o caso, e o "de acordo técnico" da Contratante; e
 - h.2) cumpridas as etapas citadas anteriormente, as Ordens de Serviço serão encaminhadas, de imediato, à Equipe de Central de Serviços da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia da PR, para que seja providenciado o seu encerramento;
- i) fornecer à Contratante, juntamente com a fatura dos serviços prestados, relatório mensal informando as manutenções preditivas, preventivas e corretivas realizadas, identificando, detalhadamente, os espaços físicos e aparelhos e equipamentos contemplados, o total de Ordens de Serviço recebidas no período, o número de Ordens de Serviço atendidas por tipo de serviço, bem como o consolidado dos materiais aplicados, com seus respectivos quantitativos e valores;
- j) agir e operar com organização completa, fornecendo a mão de obra, ferramentas, materiais, utensílios, aparelhos, equipamentos e EPI's necessários à perfeita execução dos serviços;
- k) refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Contratante, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, negligência, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários, sem prejuízo da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado e de eventual identificação de infrações e aplicação de sanções administrativas cabíveis;
- l) manter as oficinas da Contratante sob sua responsabilidade sempre organizadas promovendo, semanalmente, uma limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho;
- m) exigir que empregados mantenham os lugares onde estiverem trabalhando livres de entulho, desobstruídos e limpos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes;
- n) remover às suas expensas e para local autorizado pelo Governo do Distrito Federal - GDF, os entulhos, resíduos e demais descartes decorrentes dos seus serviços, sem ônus adicional à Contratante, sempre se atentando aos critérios de sustentabilidade estabelecidos;
- o) acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento de reclamações formuladas;
- p) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em espaços físicos, equipamentos, aparelhos, instalações e bens da Contratante, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, negligência, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros.

1) o prazo do estipulado poderá ser alterado em ocasiões especiais, quando depender de prazos de fornecimento de materiais, ou em acordo com a Contratante;

q) estar apta a seguir as práticas de sustentabilidade previstas na IN N.º 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e demais normativos referentes à sustentabilidade e meio ambiente;

r) atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela contratante, quanto às compras de materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços contratados; e

s) estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

4.64 A Contratante deverá acompanhar, sempre na medida do praticável, a execução dos serviços, em especial, aqueles de complexa realização, de forma direta por meio de equipe fiscalização do contrato (de ofício), ou indireta, com apoio de terceiros à fiscalização do contrato administrativo, procurando evitar a reprovação dos trabalhos somente ao seu término. Inclusive podendo demandar a paralisação dos trabalhos de imediato, se algo estiver fora das boas práticas, sem prejuízo ao Contratante, da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado e de eventual identificação de infrações e aplicação de sanções administrativas cabíveis.

4.65 O Contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no caso da utilização de Responsável Técnico com formação em Engenharia ou equivalente e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no caso da utilização de Responsável Técnico com formação em Arquitetura ou equivalente.

4.66 Além dos requisitos legais já previstos na legislação, a empresa a ser contratada deve comprovar possuir as condições necessárias para a execução dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e serviços eventuais, de forma continuada, conforme habilitações técnico-operacionais elencadas em Termo de Referência.

4.67 O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

4.68 O serviço contratado deverá ser executado no horário de expediente regular nas edificações da Presidência da República, das 07 horas às 19 horas, de tal forma que todos os horários fiquem de acordo com a carga diária de trabalho, conforme legislação vigente.

4.69 Os funcionários que compuserem o quadro fixo de profissionais da Contratada, bem como os funcionários que sejam feristas e coberturas deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam que o andamento da prestação dos serviços se dê de acordo com o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

4.70 Os serviços serão contratados com base no quantitativo e tipos de postos de trabalho e dos insumos necessários para execução das manutenções preventivas, corretivas e serviços eventuais em atendimento ao escopo dos serviços demandados pelas edificações de uso da PR no Distrito Federal. A relação final dos sistemas e subsistemas a serem atendidos no escopo do objeto seguirá aquela indicada em Termo de Referência. Entretanto, destacamos, em especial, algumas manutenções a seguir:

SISTEMAS ELETROMECAÂNICOS

O detalhamento das manutenções consta do anexo - **Especificações Técnicas dos Contratos de Manutenção de Engenharia**, se destacando:

- a) Central de água gelada (C.A.G.)
- b) casa de máquinas;
- c) redes de água gelada e condensada;
- d) dutos de ar;
- e) ventiladores e exaustores;
- f) torres de resfriamento de água condensada;
- g) MultiSplit system (aparentes e dutados);

- h) fancolete dutado e aparente;
- i) fan coil;
- j) self a ar e a água;
- k) chiller a ar;
- l) bombas, máquinas e motores elétricos, se relacionados aos sistemas de ar-condicionado;
- m) elementos de automação;
- n) qualidade do ar interior e limpeza dos dutos;
- o) serviços Eventuais por demanda de todos os sistemas e equipamentos de ar-condicionado central na da PR.

4.71 Para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços a contratada deverá observar os ditames das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, para as categorias de profissionais envolvidas na prestação dos serviços presentes no atendimento do objeto contratual.

Requisitos de Sustentabilidade

4.72 Os critérios de sustentabilidade deverão atender os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.73 Ademais, a Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.74 A Contratada deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como, em especial, os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

4.75 A análise, pela Contratante, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços deverá rigorosamente observar aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

4.76 Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos sejam compatíveis com o praticado no mercado.

4.77 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios, determinados pelos órgãos competentes.

4.78 Nenhum dos materiais, equipamentos e aparelhos fornecidos e ou utilizados pela Contratada poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido e ou utilizado cumpre com essa exigência.

4.79 Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS:

4.79.1 A Contratada deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços. O documento será submetido à aprovação da Contratante; e

4.79.2 O PGRS deverá ser elaborado com base na Resolução CONAMA nº 307, de 2002, e levar em consideração todas as peculiaridades das edificações, objeto da contratação.

4.79.3 Na elaboração do PGRS a Contratada deverá considerar:

a) Caracterização e quantificação dos resíduos sólidos: classificar os tipos de resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, adotando a classificação das Resoluções CONAMA n.º 307, de 2002, e n.º 348, de 2004, inclusive os resíduos de característica doméstica. Estimar a geração média de resíduos sólidos de acordo com o cronograma de execução do contrato (em kg ou m³).

- b) Minimização dos resíduos: descrever os procedimentos que serão adotados para minimização da geração dos resíduos sólidos, por classe.
- c) Triagem/segregação dos resíduos: priorizar a segregação na origem, neste caso, descrever os procedimentos a serem adotados para segregação dos resíduos sólidos por classe e tipo. Caso a edificação não possua espaço para segregação dos resíduos, esta poderá ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo – ATT, devidamente licenciadas, com identificação da área e do responsável técnico.
- d) Acondicionamento/armazenamento: descrever os procedimentos a serem adotados para acondicionamento dos resíduos sólidos, por classe/tipo, de forma a garantir a integridade dos materiais. Identificar, na planta da edificação, os locais destinados à armazenagem de cada tipo de resíduo. Informar o sistema de armazenamento dos resíduos identificando as características construtivas dos equipamentos/abrigos (dimensões, capacidade volumétrica, material construtivo etc.).
- e) Transporte interno: descrever os procedimentos com relação ao transporte interno, vertical e horizontal dos RCC.
- f) Reutilização e reciclagem: descrever os procedimentos que serão adotados para reutilização e reciclagem dos RCC
- g) Transporte externo: o transporte dos RCC não poderá ser realizado sem o Controle de Transporte de Resíduos CTR. Este documento contém a identificação do gerador, do (s) responsável (is) pela execução da coleta e do transporte dos resíduos gerados no contrato, bem como da unidade de destinação final. Identificar a empresa licenciada para a realização do transporte dos RCC, os tipos de veículos e equipamentos a serem utilizados, bem como os horários de coleta, frequência e itinerário.
- h) Transbordo de resíduos: localização: endereço completo (croquis de localização).
- i) Destinação dos resíduos: descrever os procedimentos que deverão ser adotados com relação à destinação dos RCC por classe de acordo com a Resolução CONAMA. Apresentar carta de viabilidade de recebimento/destinação de empresa licenciada para destinação ou de Área de Triagem e Transbordo – ATT da classe/ tipo de resíduo.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado foi realizado junto ao Painel de Preços, no que foi encontrado contratações similares de manutenção civil para a região do Distrito Federal:

- a) Tribunal Regional Federal da 1ª Região, PE 59/2023;
- b) Caixa Econômica Federal – Edital 051/7066-2019;
- c) Banco Central do Brasil, Edital de Pregão Eletrônico ADBEL 6/2022;
- d) Infraero – Edital de Licitação Eletrônica 073/ADLI-3/SBUL/2021;

5.2 Dessa forma, observamos que a solução é comum de mercado, não havendo qualquer especificidade que possa vir a causar restrições ou direcionamentos na contratação.

5.3 Assim, torna-se necessário o contínuo estudo da viabilidade técnica, buscando a melhoria contínua dos serviços prestados, com celeridade, qualidade e baixo custo para a Administração Pública.

5.4 Evidenciamos nos estudos ora realizados a existência de 4 tipos de modelagem de contratação que envolvem a prestação de serviço de Manutenção Predial e de pequenas intervenções, dentre os quais destacamos a modelagem de contratação “Postos de Trabalho mais Materiais e Serviços”, por melhor atender às nossas necessidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução como um todo, resume-se na execução, por meio de contratos continuados, com ou sem mão de obra exclusiva, ou sob demanda, das operações e manutenções das edificações e dos sistemas de ar-condicionado central da Presidência da República, para atendimento com segurança, qualidade e tempestividade das demandas existentes.

6.2 O objeto deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de Empreitada por Preço Global, do tipo Maior Desconto, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 O objeto deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de Empreitada por Preço Global, do tipo Maior Desconto, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133, de 2021.;

6.4 Para efeito deste instrumento considera-se:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de danos e defeitos nas estruturas civis das edificações, mantendo-as em perfeito estado de conservação e funcionamento. Caracteriza-se por serviços de realização programada, considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das estruturas civis;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Série de procedimentos com o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação das estruturas civis das edificações, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Tal manutenção poderá ocorrer devido a um dano inesperado e não planejado ou devido ao relato de problema identificado;

c) **MANUTENÇÃO PREDITIVA:** Técnica de manutenção com base no estado das estruturas civis. A manutenção preditiva acompanha periodicamente os sistemas, elementos ou componentes das estruturas, baseando-se na análise de dados coletados por meio de monitoramentos ou inspeções em campo. A manutenção preditiva tem como principal objetivo a verificação pontual das estruturas a fim de antecipar eventuais problemas que possam causar gastos maiores com manutenções corretivas; e

d) **SERVIÇOS EVENTUAIS:** Serviços necessários ao atendimento de necessidades pontuais emanadas pela Administração, não previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada, em forma de intervenções de pequena monta nas edificações, que não se caracterizem como reforma ou construção, e sem que se configure incremento de valor ao imóvel por aumento de área ou alteração das funcionalidades dos sistemas, elementos ou componentes das estruturas civis.

6.5 Sobre os Serviços Eventuais, destaca-se que:

a) a parcela denominada de Serviços Eventuais incluída no presente estudo, propõe dar atendimento a necessidades pontuais emanadas pela Administração, não previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada, em forma de intervenções de pequena monta em mobiliários e em edificações, que não se caracterizem como reforma ou construção, e sem que se configure incremento de valor ao imóvel, por aumento de área ou alteração das funcionalidades dos sistemas;

b) os Serviços Eventuais serão executados somente a critério da Administração, mediante solicitação formal por meio de OS (Ordem de Serviço), com autorização prévia da Contratante;

c) os Serviços Eventuais não poderão ser realizados pela mão de obra dedicada às atividades de manutenção, ainda que sua utilização não comprometa o atendimento das demandas de manutenção preventivas e corretivas, cabendo obrigatoriamente, nesta hipótese, na composição dos serviços eventuais a não supressão dos respectivos custos de mão-de-obra;

d) entende-se que o somatório dos valores dos Serviços Eventuais demandados no mês é variável e poderá oscilar tanto para cima quanto para baixo do aludido valor mensal, desde que respeitado o valor global do subitem que a Administração se dispõe a remunerar a CONTRATADA;

e) para fins de orçamento e pagamento dos Serviços Eventuais e Materiais, serão utilizados como referência, na ordem adiante indicada as tabelas dos:

- SINAPI;
- SICRO e SICRO NOVO;
- ORSE;
- AGETOP CIVIL;
- EMOP;
- SEINFRA;
- SETOP; e
- IOPES.

e.1) em caso de similaridade do item com a descrição na tabela SINAPI, desde que o item a ser adquirido possua qualidade superior ou igual ao descrito, este poderá ser aceito pelo valor das tabelas supramencionadas; e

e.2) em caso de não enquadramento do item no subitem anterior, este deverá ser adquirido com base nos critérios estabelecidos no §1º do Art. 23 da Lei 14.133, assim resumidos: Banco de preços (PNCP); Contratações similares; Dados de pesquisas publicadas em mídia especializada; e menor preço de três cotações.

e.3) Serão considerados os valores atualizado da tabela de referência vigente na data de abertura da Ordem de Serviço.

f) os serviços eventuais não deverão em nenhuma hipótese dar margem à execução de reformas, desvirtuando o objeto do contrato, tampouco deverão servir a construção de novas áreas, configurando expansão das unidades;

g) Para determinação do valor global anual de Serviços Eventuais considerou-se o DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No seu Inciso II, Art. 13, tal decreto estabelece um teto de 10% (dez por cento) sobre o valor pactuado para eventuais complementações no decorrer da execução.

6.6. Insumos e EPI's

a) Os insumos e EPI's básicos estão relacionados nos Anexos VIII e IX desse ETP, em tabela não taxativa.

b) Tais itens são ilustrativos, qualitativa e quantitativamente; objetivam nortear a proposta da Licitante, tendo seus valores estimativos incorporados na planilha de custos e formação de preços, somente para os cargos de caráter técnico;

c) As Planilhas de Referência visam à elaboração do orçamento global anual para tais itens, independentemente do consumo mensal;

d) A Contratada não poderá alegar impossibilidade na execução do objeto por falta de qualquer insumo, EPI ou ferramenta de trabalho; deverá providenciar os itens necessários e adequados a cada tarefa, mesmo que não constantes na Planilha de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade estimada de profissionais para cumprimento das rotinas básicas de manutenção preventiva e corretiva para atendimento da solução, considerando o histórico dos atendimentos dos contratos anteriores de manutenção de ar condicionado central, e o tempo de atendimento a ser empregado conforme relacionado a seguir:

| | |
|---|---|
| AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 1 |
| MEIO-OFFICIAL DE ELÉTRICA/ELETROMECÂNICA/MECÂNICA | 4 |
| ENCARREGADO TÉCNICO | 2 |
| ENGENHEIRO | 2 |
| MOTORISTA | 1 |
| TECNICO (MECÂNICA/ELETROTÉCNICA/ELETROMECÂNICA) | 3 |
| TECNICO (MECÂNICA/ELETROTÉCNICA/ELETROMECÂNICA) DIURNO 12X36 | 8 |
| TECNICO (MECÂNICA/ELETROTÉCNICA/ELETROMECÂNICA) NOTURNO 12X36 | 8 |
| OPERADOR DE CENTRAL DE AUTOMAÇÃO 12X36 DIURNO | 2 |

7.2 Tais quantidades acima, teve-se como parâmetro comparativo as quantidades estabelecidas nos atuais contratos, conforme quadro a seguir:

| ELÉTRICA | | MECÂNICA | | AR CONDICIONADO | |
|---|----|------------------------------------|---|-------------------------|----|
| Engenheiro eletricista | 2 | Operador de Caldeira | 1 | Ajudante | 15 |
| Encarregado geral | 2 | Bombeiro Gasista | 1 | Almoxarife | 1 |
| Eletricista | 15 | Auxiliar de Manutenção | 3 | Auxiliar Administrativo | 1 |
| Eletricista plantonista diurno (12hX36h) | 12 | Mecânico de Manutenção de Máquinas | 1 | Bombeiro Hidráulico | 1 |
| Eletricista plantonista Noturno (12hX36h) | 12 | Eletrotécnico | 1 | Eletricista | 4 |

| | | | | | |
|---|---|---------------------------|---|---|---|
| Auxiliar de manutenção | 6 | Encarregado de Manutenção | 1 | Encarregado Geral | 1 |
| Técnico em eletrônica | 2 | Engenhheiro Mecânico | 1 | Encarregado Eletroeletrônico | 1 |
| Técnico em comando, controle e automação | 1 | Torneiro Mecânico | 1 | Encarregado Eletromecânico | 2 |
| Técnico em nobreak | 1 | 10 | | Engenheiro Mecânico | 1 |
| Técnico em grupo motogerador | 1 | | | Engenheiro mecatrônico (controle e automação) | 1 |
| Desenhista técnico (60h /mês para 220h/mês) | 1 | | | Técnico em Refrigeração | 8 |
| Almoxarife | 1 | | | Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica | 2 |
| Auxiliares administrativos | 2 | | | Motorista | 1 |
| Motorista | 2 | | | Operador de ar-condicionado - expediente | 9 |
| 60 | | | | Operador central de automação 12 X 36 | 2 |
| | | | | Técnico em Eletrônica | 1 |
| | | | | 51 | |

O cargo de Desenhista foi retirado do contrato e será atendido pelo contrato de apoio à fiscalização

O cargo de Operador de ar-condicionado foi substituído pelo cargo de Técnico em ar-condicionado.

O cargo de Duteiro foi substituído pelo cargo de Técnico (especialista em dutos).

7.3. Insumos e EPI's

Os insumos e EPI's básicos estão relacionados nos Anexos IX e X desse ETP, em tabela não taxativa.

O valor mensal estimado para EPI foi dividido pelo número de cargos técnicos (29), excluindo os cargos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO (1) e MOTORISTA (1).

Os custos com insumos/EPI's deverão ser assumidos pela Contratada no decorrer da execução contratual, independentemente dos valores estimados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.857.895,97

| Grupo ITEM ESPECIFICAÇÃO | | ID CATSER | UND | QTD | PREÇO MENSAL ESTIMADO (A) | PREÇO ANUAL ESTIMADO (B = A x 12) |
|--------------------------|--|-----------|-----|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| 1 | Serviços de Operação e Manutenção em sistemas de ar-condicionado central com Mão de Obra Exclusiva | 22225 | un. | 01 serviço (12 meses) | R\$ 302.691,26 | R\$ 3.632.295,12 |
| PREÇO TOTAL (Item 1) (B) | | | | | | R\$ 3.632.295,12 |
| ITEM ESPECIFICAÇÃO | | ID CATSER | UND | QTD | PREÇO MENSAL ESTIMADO (C) | PREÇO ANUAL ESTIMADO (D = C x 12) |

| | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------------|--------------|-----|----------------------------------|------------------------------------|--|-------------------------------------|
| 1 | 2 | Serviços Eventuais Sob Demanda | 22225 | un. | 01 serviço - (12 meses) | R\$ 363.229,51 | | |
| | | PREÇO TOTAL (Item 2 - FIXO) (D) | | | | R\$ 363.229,51 | | |
| | | ITEM ESPECIFICAÇÃO | ID CATSER | UND | QTD | PREÇO MENSAL ESTIMADO (E) | PREÇO ANUAL ESTIMADO (F = E x 12) | PERCENTUAL DE DESCONTO (G) |
| | 3 | Materiais | 22225 | un. | 01 serviço - (12 meses) | R\$ 862.371,34 | | X % |
| | | PREÇO TOTAL (Item 3) (F) | | | | R\$ 4.857.895,97 | | |

8.1 As estimativas de preços constam das respectivas planilhas de custos e formação de preços, de acordo com o quantitativo levantado para cada categoria profissional, considerando a Convenção Coletiva da Categoria devidamente atualizada.

8.2 Para estimativa de materiais, insumos e serviços, inclusive serviços eventuais, são considerados os quantitativos históricos com valores devidamente atualizados pela tabela SINAPI e demais Tabelas de Referência, considerando que a grande maioria está enquadrada nessa tabela de referência.

8.3 Nos reajustes, o salário-base adotado deverá ser corrigido proporcionalmente ao percentual de aumento estabelecido na nova convenção coletiva.

8.4 A relação entre salário-base técnico/encarregado(supervisor) não poderá ser menor que o estabelecido inicialmente.

8.6 As garantias trabalhistas deverão observar o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, em especial:

1. Compensação de jornada;
2. Recessos ou outra causa de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho;
3. Jornada semanal de trabalho (a critério da SEGES/MGI);
3. Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação (**Art. 5º, Decreto nº 12.174/2024**).

8.7. A categoria "Técnico em Mecânica" adotou a Convenção Coletiva firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF e SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF, por ser a convenção que melhor se ajusta às atribuições desse cargo no contrato firmado;

8.8. A categoria "Ajudante de Manutenção" foi enquadrada como "Meio-Oficial" considerando que a grande maioria dos profissionais estão enquadrados na categoria "Oficial"; desse modo, como o ajudante se presta a apoiar em tarefas atinentes aos demais profissionais, esse enquadramento se faz pertinente.

8.9. Todos os profissionais da categoria Técnico Industrial (incluindo os Encarregados) deverão possuir registro ativo no CFT.

Convenções Coletivas de Referência

8.10 Para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços a contratada deverá observar os ditames das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, para as categorias de profissionais envolvidas na prestação dos serviços presentes no atendimento do objeto contratual.

8.10.1 SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF e SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL,

8.10.2 SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALURGICAS,MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DO DISTRITO FEDERAL e SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF

8.10.3 SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE BRASILIA e SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

8.10.4 SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF e SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF

8.10.5 SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO e SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF E SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO

Custos Indiretos e Lucro

8.11 Custos Indiretos de 5%: o Máximo previsto no Acórdão TCU nº 1753/2008- Plenário, conforme previsto na Nota Técnica Ciset nº 2/2018/CGAC/Ciset/SG-PR.

8.12 Lucro de 5,25: limite máximo estabelecido na COENGE com base nos valores praticados nos atuais contratos de serviços de engenharia da Presidência.

8.13 Contratos atuais: Serviços contínuos com mão de obra exclusiva de manutenção

| Contrato Atual | nº | Custos Indiretos | Lucro |
|-----------------------|-----------|-------------------------|----------------|
| Civil | 32/2021 | 3,000% | 4,350% |
| Ar-condicionado | 18/2021 | 4,260% | 7,660% |
| Elétrica | 23/2020 | 7,000% | 17,130% |
| Mecânica | 6/2022 | 11,000% | 11,000% |
| Média | | 6,315% | 10,035% |
| Utilizado | | 5,000% | 5,250% |

VALE-TRANSPORTE

8.14. O cálculo do vale-transporte considerou a tabela atualizada pela ANTT para o Distrito Federal referente ao ano de 2024, no valor unitário de R\$ 5,50. Foi considerado o valor de (5,50 (unitário) * 2 (ida e volta) + 50% (probabilidade de entorno e região);

8.15. A Contratada está obrigada a prover o deslocamento do colaborador (ida e volta), independentemente do valor licitado para Vale-Transporte.

Periculosidade: Laudo Técnico

8.16 O Laudo Técnico determina o pagamento de periculosidade para profissionais da área de eletromecânica, diante da comprovação do efetivo exercício da atividades caracterizadas como perigosas à luz da legislação vigente;

8.17 O percentual relativo à periculosidade foi estimado na PCFP, sendo que seu reembolso deverá ocorrer somente diante de comprovação do efetivo exercício da atividade.

Seguro de Vida

8.18 O valor de seguro de vida, de R\$ 5.14 tomou como referência o valor praticado nos atuais contratos vigentes na engenharia da PR. Esse valor deverá ser replicado a todos os colaboradores vinculados à Engenharia da PR.

Contrato Vlr Seguro

23/2020 13,50

18/2021 0,00

32/2021 2,30

30/2023 7,61

06/2022 2,30

Média 5,14

UNIFORME

8.19 O valor estimado mensal, por posto, definido para os uniformes utilizou como referência a média dos valores praticados nos contratos vigentes na Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, assim resumido:

| Contrato | Valor |
|-----------------|--------------|
|-----------------|--------------|

| | |
|---------|-----------|
| 23/2020 | R\$ 44,47 |
| 06/2022 | R\$ 80,09 |
| 18/2021 | R\$ 49,66 |
| 32/2021 | R\$ 58,69 |
| média | R\$ 58,23 |

ENGENHEIRO

8.20 O cargo de engenheiro exige a experiência mínima de 02 (dois) anos de atividade profissional;

8.20.1 Isso se faz necessário devido às atribuições do cargo de Engenheiro relacionadas nesse ETP, de extrema criticidade, exigindo conhecimentos técnicos e experiência na coordenação e supervisão de operações e manutenções em sistemas de ar-condicionado central tipo Variable Refrigerant Flow - VRF, com potência de até 320 TR; de sistema de ar-condicionado dotado de unidades resfriadoras com compressores alternativos tipo "Chiller" parafuso, com potência em torno de 100 TR; e, em sistemas tipo Self Contained.

8.20.2 O cargo de engenheiro definido no posto de trabalho da Planilha de Custos e Formação de Preços trata de profissionais necessários à operacionalização dos serviços de manutenção, atuando nas dependências da PR, gerindo as Ordens de Serviço e supervisionando os demais profissionais do Contrato. Esse cargo não se confunde com o profissional (engenheiro) emissor do atestado de capacidade técnico-profissional da Contratada, sendo este oriundo de uma necessidade de demonstração da Contratada em relação à sua capacidade de executar o contrato (Fase de Habilitação).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considerando-se o disposto no art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e ainda levando-se em conta a natureza similar dos itens do grupo ora demandados e sua alta interdependência, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência da República. Portanto, não há possibilidade de parcelamento do objeto, e sim o agrupamento de itens em um único grupo, tendo como critério de julgamento o MAIOR DESCONTO DOS MATERIAIS e MENOR PREÇO DE MÃO DE OBRA. O critério de julgamento final será O MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO.

9.2 Além disso, é de entendimento do Tribunal de Contas da União que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral.

9.3 Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214/2013-P).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Os serviços de engenharia possuem grande interdependência entre suas entregas, não havendo assim, possibilidade de fragmentação.

10.2 O fornecimento de materiais deve ser integrado ao respectivo serviço, sob riscos de atrasos na entrega, podendo gerar descontinuidade na execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As contratações estão alinhadas à orientação da Secretaria de Administração de “atuar como facilitadora / provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, com qualidade, tempestividade, economia e suficiência” (Relatório de Gestão) e “fortalecer a gestão organizacional, de infra estrutura e de pessoas da PR, de forma sustentável” - Mapa Estratégico - 2023, da Casa Civil da Presidência da República. (Acessado em 26 set. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas-1/prestacao-de-contas-2023/objetivos-metas-e-indicadores/objetivos-metas-e-indicadores>>)

11.2 As contratações tratam de serviços continuados devidamente incluídos no PCA atual (2024), com o seguinte cadastro:

DFD nº 508/2024 110001 Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO CENTRAL - VRF, SPLIT, SELF CONTAINED) - Serviços continuados de manutenção de equipamentos e instalações de ar-condicionado.

O referido DFD vem substituir os seguintes DFD's, em consonância com o DFD nº 507:

| | | |
|----------|--------|-----------------------------|
| 108/2024 | 110001 | Sistemas Elétricos |
| 109/2024 | 110001 | Sistemas de Ar-Condicionado |
| 101/2024 | 110001 | Sistemas Eletromecânicos |

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Resultados pretendidos em termos de economicidade

12.1 As manutenções preventivas e corretivas permitem que as instalações de todas as edificações da Presidência da República permaneçam em bom estado de conservação e funcionamento, inclusive garantindo ambiente adequado para o servidor /colaborador desempenhar, satisfatoriamente, suas atribuições, melhorando sua capacidade produtiva.

12.1.1 Além do aumento produtividade, ocorre ainda o aumento da segurança das instalações, com vistas à preservação da saúde e bem-estar do servidor e dos colaboradores que ocupam as dependências da Presidência.

12.1.2 A operacionalização das rotinas de manutenção preventiva contribuirá, por exemplo: para que a identificação e substituição de equipamentos com baixa eficiência energética, gerando economia aos cofres públicos; e reduzirá ainda, o tempo de interrupção de funcionamento desses equipamentos, evitando a paralisação de demais serviços e aumentando o tempo médio produtivo do servidor.

12.1.3 Nas manutenções corretivas, a celeridade na prestação dos serviços reduz o tempo de paralisação das atividades dos servidores.

12.2 Diante da execução do objeto contratual, buscar-se-á, de modo tempestivo e com segurança e qualidade, atender às demandas da Presidência da República relacionada aos serviços operações e manutenções, preventivas e corretivas, de sistemas e subsistemas e de ar-condicionado central das edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal.

12.3 Alcançar-se-á ainda, a constante melhoria dos indicadores de desempenho dos equipamentos instalados na PR, aumentando seu tempo de disponibilidade e sua vida útil, reduzindo seus custos associados, na medida do praticável, mormente, por intermédio da segurança de contratações com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais / insumos, equipamentos, ferramentas necessários à realização dos serviços, inclusive com zelo dos direitos trabalhistas associados, mitigando os riscos de descumprimento dos preceitos legais.

12.4 Ademais, o Instrumento de Medição de Resultado - IMR irá definir, quando cabível, de acordo com cada serviço, a produtividade de referência, ou seja, aquela considerada aceitável para a execução do serviço, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço na unidade de medida adotada, na conformidade da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que estabelece em seu Anexo V, item 2.6, alínea “d” a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado.

13. Providências a serem Adotadas

Adequação do ambiente do órgão

13.1 Considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho, para que ocorra imediatamente o início da execução dos serviços, após a assinatura do contrato, priorizando-se, no entanto, o aproveitamento dos colaboradores do contrato atual na nova contratação.

13.2 Os servidores da Coordenação-Geral de Engenharia (COENGE) já possuem capacitação suficiente para a condução dos trabalhos de acompanhamento / fiscalização, monitoramento, avaliação e controle dos serviços a serem prestados por empresa vencedora de certame licitatório, que poderá ser comprovada pelos diversos contratos vigentes e similares, sob suas responsabilidades.

13.3 O novo processo licitatório para implantação dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, até início de dezembro próximo (2024);

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os possíveis impactos ambientais estão relacionados, em especial, aos descartes de entulhos e restos de materiais, face as intervenções nos sistemas e subsistemas das edificações, bem como a outros resíduos gerados no decorrer da execução do contratos. Assim, a Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBS, bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal, e ao Decreto nº 7.746, de 2012.

14.2 Ainda sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estas legislações deverão ser observadas pela Contratada.

14.3 Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que seus custos forem compatíveis com o praticado no mercado, a fim de mitigar, controlar e ou até mesmo extinguir possíveis impactos outros ambientais e de sustentabilidade.

14.4 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

14.5 Nenhum dos materiais, equipamentos e aparelhos fornecidos e ou utilizados pela Contratada poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido e ou utilizado cumpre com essa exigência.

14.6 O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS, a ser elaborado com base na Resolução CONAMA nº 307 e levado em conta todas as peculiaridades das edificações da PR, objeto da contratação, deverá ser apresentado pela Contratada em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços, devendo este instrumento ser submetido à aprovação da Contratante.

14.7 O PGRS a ser elaborado, deverá conter, no mínimo:

14.7.1 Caracterização e quantificação dos resíduos sólidos - Classificar os tipos de resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, adotando a classificação das Resoluções CONAMA 307/02 e 348/04, inclusive os resíduos de característica doméstica. Estimar a geração média de resíduos sólidos de acordo com o cronograma de execução do contrato (em kg ou m³).

14.7.2 Minimização dos resíduos, onde deverá ser descrito os procedimentos que serão adotados para minimização da geração dos resíduos sólidos, por classe.

14.7.3 Triagem/segregação dos resíduos, onde será priorizada a descrição da segregação na origem, neste caso, descrevendo-se os procedimentos a serem adotados para segregação dos resíduos sólidos por classe e tipo e em caso a edificação não possua

espaço para segregação dos resíduos, esta poderá ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo – ATT, devidamente licenciadas, com identificação da área e do responsável técnico.

14.7.4 Acondicionamento/armazenamento onde se escreverá os procedimentos a serem adotados para acondicionamento dos resíduos sólidos, por classe/tipo, de forma a garantir a integridade dos materiais, identificando, na planta da edificação, os locais destinados à armazenagem de cada tipo de resíduo, bem como informando o sistema de armazenamento dos resíduos, identificando as características construtivas dos equipamentos/abrigos (dimensões, capacidade volumétrica, material construtivo etc.).

14.7.5 Transporte interno deverá ser descrito para os transportes interno, vertical e horizontal dos RCC;

14.7.6 Reutilização e reciclagem descreverá os procedimentos que serão adotados para reutilização e reciclagem dos RCC.

14.7.7 Transporte externo não poderá ser realizado sem o Controle de Transporte de Resíduos CTR. Este documento contém a identificação do gerador, do (s) responsável (is) pela execução da coleta e do transporte dos resíduos gerados no contrato, bem como da unidade de destinação final. Identificar a empresa licenciada para a realização do transporte dos RCC, os tipos de veículos e equipamentos a serem utilizados, bem como os horários de coleta, frequência e itinerário.

14.7.8 Transbordo de Resíduos deverá ter sua localização - endereço completo (croquis de localização).

14.7.9 Destinação dos resíduos deverá ter descrito os procedimentos que deverão ser adotados com relação à destinação dos RCC por classe de acordo com a Resolução CONAMA; e apresentar carta de viabilidade de recebimento/destinação de empresa licenciada para destinação ou de Área de Triagem e Transbordo – ATT da classe/ tipo de resíduo.

15. Referências e Anexos

Anexo I - Convenção Coletiva - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL ,E SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA;

Anexo II - Convenção Coletiva - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF E SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PRESTSERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF,

Anexo III - Convenção Coletiva - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE BRASILIA E SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF;

Anexo IV - Convenção Coletiva - TERCEIRIZAVEIS DO DF E SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF;

Anexo V - Laudo_Tecnico - Laudo emitido pela Presidência da República, tratando das condições de insalubridade e periculosidade nas suas áreas internas. Determina, dentre outras medidas, o pagamento de periculosidade para as atividades inerentes aos engenheiros eletricitas e mecânicos.

Anexo VI - DECRETO_D7983 - Determina o percentual de Serviços Eventuais, estimado em 10%, em conformidade com os procedimentos adotados para a contratação de serviços de engenharia.

Anexo VII - Materiais - Estimativa de custos de materiais com base em Tabelas de Referência, para composição dos preços globais para "Materiais"

Anexo VIII - Insumos - Estimativa de custos de insumos com base em Tabelas de Referência, para composição dos preços globais para "Insumos" a ser ressarcido por meio da Planilha de Custos e Formação de Preços.

Anexo IX - EPI's e - Estimativa de custos de EPI's com base em Tabelas de Referência, para composição dos preços globais para "EPI/Ferramentas" a ser ressarcido por meio da Planilha de Custos e Formação de Preços.

Anexo X - Aditivo-CCT-SENGE-SINAENCO-2024_2025

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a existência de grandes sistemas centrais de climatização no Complexo da Presidência da República, e a necessidade de manutenção e operação desses sistemas, considera-se viável a presente contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 335, de 21 de outubro de 2024 (6178554)

DIOGO SENA BAIERO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2024 às 14:49:16.

Despacho: Portaria nº 335, de 21 de outubro de 2024 (6178554)

MURILO FERNANDES SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2024 às 14:10:19.

Despacho: Portaria nº 335, de 21 de outubro de 2024 (6178554)

ANDRE HOLLERVEGER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/11/2024 às 16:16:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - CCT_SENGE.pdf (180.99 KB)
- Anexo II - CCT_SINDISERVIÇOSDF.pdf (680.09 KB)
- Anexo III - CCT_SINDUSCON.pdf (313.47 KB)
- Anexo IV - CCT_SINTEC_x_SEAC.pdf (574.67 KB)
- Anexo V - Laudo_Tecnico_1.pdf (795.52 KB)
- Anexo VI - DECRETO_D7983.pdf (197.48 KB)
- Anexo VII - materiais.pdf (118.04 KB)
- Anexo VIII - INSUMOS.pdf (149.44 KB)
- Anexo IX - EPI-.pdf (122.84 KB)
- Anexo X - Aditivo-CCT-SENGE-SINAENCO-2024_2025.pdf (124.81 KB)